

Internacionalização da Amazônia

GUSTAVO LINS RIBEIRO (*)

O Primeiro Encontro das Nações Indígenas do Xingu, em Altamira, no Pará, na semana de 20 a 24 de fevereiro, foi o mais importante acontecimento contemporâneo da luta política ecológica e indigenista. Não apenas por causa de sua visibilidade nos meios de comunicação de massa, garantida pelo manejo da fórmula exótico-comparcimento-de-celebridades, mas sobretudo porque ele pôs a descoberto, mais do que nenhum outro até o momento, um fato fundamental para a compreensão das questões envolvendo o planejamento econômico em grande escala em áreas de fronteira econômica: a inevitável internacionalização dos conflitos vinculados às iniciativas desenvolvimentistas.

Ecologia é seguramente o tema do momento. Enredo de escola de samba, hidrelétricas do Xingu versus populações indígenas, Angra, reassentamento forçado de populações, visitas de senadores americanos, créditos pendentes do Banco Mundial, assassinato do Chico Mendes... A questão da internacionalização da Amazônia, uma região historicamente marcada por sua inserção na divisão internacional do trabalho, está situada neste contexto. Não deixa de ser irônico ver hoje a gritaria da direita acusando a esquerda de pretender entregar a Amazônia a poderosos interesses estrangeiros. Acusações no sentido inverso eram feitas uma ou duas décadas atrás, quando o Estado brasileiro, no bojo do seu movimento de expansão e de integração político-econômica do território nacional, passou a incentivar a penetração na "última grande fronteira" através de grandes projetos agropecuários, de mineração, de colonização e de infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas). Estes projetos, geradores das condições para a devastação progressiva da maior floresta tropical úmida do mundo e responsáveis por incontáveis problemas para as populações indígenas locais, foram os que criaram a base a partir da qual decolou a internacionalização da questão amazônica. Ou será que já caiu no esquecimento a época em que o multimilionário americano Daniel Ludwig era proprietário do Projeto Jari, uma área de 15.000 Km² que foi até o princípio dos anos 80 um dos maiores símbolos da internacionalização, da região? E os financiamentos das agências multilaterais, como o Banco Mundial, para a BR-364, ou para a hidrelétrica de Tucuruí? Esta última é a fonte de energia do Projeto Grande Carajás onde gigantescos interesses industriais e financeiros europeus e japoneses se articularam. Seria tedioso arrolar a lista de empreendimentos na Amazônia associados direta

ou indiretamente a interesses transnacionais. No entanto, sua análise deixaria claro que a internacionalização da Amazônia ocorre dentro de uma rede complexa de interesses do Estado brasileiro, de diferentes segmentos da elite político-econômica brasileira e do capital transnacional.

Assim, a internacionalização da luta ecológica e indigenista é a posteriori, tardia. E, ao mesmo tempo, uma resposta à realidade brasileira e o resultado de crescente pressão dos ativistas preservacionistas do Hemisfério Norte sobre seus representantes políticos, e sobre as agências multilaterais de financiamento que fomentam projetos desenvolvimentistas em escala internacional. Paralelamente, a criação de redes nacionais e mundiais de organizações não-governamentais que lutam pela causa ambiental e das populações nativas, é outro fator central para o entendimento da circulação de informações neste cenário.

O encontro em Altamira revelou como nenhum o potencial de "media event" que a questão ecológica tem no presente, assim como a força internacional do movimento de defesa do meio ambiente. Manifestações em Londres e em São Paulo, o superstar Sting, carta do Papa, George Bush foca no tema com o primeiro-ministro japonês etc. A Amazônia está sob o foco dos holofotes a um tal ponto que nos Estados Unidos já se criou, talvez em substituição à radical chic, a expressão tropical chic.

Antes de abordar mais de perto a internacionalização do movimento de defesa do meio ambiente, há que descartar os apelos demagógicos à retórica da soberania nacional. É bom que se diga claramente que ela não está realmente em jogo. Uma explicação corrente sobre a internacionalização do movimento ambientalista, é aquela segundo a qual fenômenos como a "chuva ácida", o "buraco de ozônio", "o efeito estufa" e a destruição da floresta amazônica, são de consequências mundiais e, portanto, devem ser tratados por organismos internacionais. Hoje, mesmo desconsiderando as filigranas das polémicas sobre cada uma destas grandes questões relativas ao clima do planeta, é patente a internacionalização do problema ambiental.

Cabe ressaltar que esta tendência de internacionalização das questões político-econômicas também se desenvolve com alta rapidez em outras esferas, num mundo onde os Estado-Nações são extremamente ciosos de suas territorialidades. Daí a reação no sentido de argumentar em nome da soberania nacional. Argumento que, diga-se de passagem, tem uma única área consistente e coerente: a manipulação que pode ser feita,

num sentido colonial/imperial, pelos países mais poderosos do mundo, em nome da questão ambiental.

Não há dúvida de que o destino da humanidade no planeta é um assunto internacional e que, portanto, deve ser tratado por organismos internacionais. Mas — e aqui é onde se exorcizaria o fantasma colonial — novas entidades multilaterais de política e planejamento ecológico devem ser vias de mão-dupla. Não cabe apenas monitorar o patrimônio de vida que representa para toda a humanidade a Amazônia. Hoje a maior ameaça para o destino do planeta passa pelas mãos de atores sociais muito mais imediatamente identificáveis do que aqueles envolvidos na devastação amazônica. Trata-se da possibilidade do holocausto nuclear, momentaneamente fora do primeiro plano dada a conjuntura de détente americano-soviética. Neste sentido, não é estranho propor-se a criação de uma entidade internacional para monitorar a política nuclear dos países chamados centrais, em especial no que diz respeito ao seu uso militar, já que mais do que em qualquer outro lugar o perigo de destruição planetária reside aí. Além do mais, com a clara interferência de atores políticos individualizáveis. O Brasil daria uma prova de compreensão do seu lugar no mundo e dos destinos prováveis da humanidade, se aceitasse o interesse legítimo não-abusivo de organismos internacionais com os destinos da Amazônia, apresentando, ao mesmo tempo, a contraproposta da criação de um organismo similar para o tratamento da questão do desarme total e imediato do arsenal nuclear das grandes potências. O sabor colonial do monitoramento de realidades que se desenvolvem no território brasileiro seria evitado através da participação brasileira no monitoramento de realidades que dizem respeito, mais do que ao clima do planeta em escala de tempo centenária, ao extermínio da espécie humana passível de ser provocado por algum ato imperial de elites econômicas, políticas e militares do Hemisfério Norte.

Se o Estado brasileiro encarrasse de frente a complexidade dos fatores em jogo, evitaria as respostas automáticas e primárias, tapando o sol com a peneira, reconhecendo que o problema é internacional e de que, neste novo contexto, será impossível evitar os vexames do monitoramento externo a não ser que se comece a praticar e implementar uma política ambiental e de planejamento econômico que necessitará de muita coragem, imaginação e competência.

(*) Gustavo Lins Ribeiro é do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília